

O discurso dominante sobre a conjuntura econômica e o papel dos jornalistas econômicos*

Antonio Paulino de Sousa**

Resumo:

As previsões macroeconômicas são atividades importantes para os atores econômicos tomarem suas decisões econômicas e financeiras. O discurso dominante dos economistas, *conjuncturalistes*, tem uma força social vinculada à autoridade "científica", mas sua eficácia associa-se ao papel exercido pelos jornalistas econômicos, cujas apreciações fundamentam-se em textos oficiais de análise de conjuntura internacional. A construção de um espaço dos jornalistas econômicos consiste em identificar o poder que eles exercem na divulgação das ideias dominantes defendidas pelos agentes econômicos que dominam a esfera da produção material e simbólica.

Palavras-chave: crise econômica; jornalismo econômico; agentes econômicos; economistas conjuncturalistas.

The Dominant Discourse on the Economic Conjuncture and the Role of Economic Journalists

Abstract:

Macroeconomic forecasts are important activities for economic actors and economic and financial decisions are based on conjunctural analyses. Employing economic sociology, I analyze the role of economic journalists in the production of an ideological discourse on economic conjunctures. The dominant discourse of economists, or *conjuncturalistes*, has a social force tied to "scientific" authority. But the efficacy of these discourses is associated with the role exercised by economic journalists, whose arguments are based on official texts analyzing the international economic conjuncture. The construction of the space of economic journalists consists of identifying the power that they exert in the diffusion of the dominant ideas defended by the economic agents that dominate the material and symbolic spheres of production.

Keywords: economic crisis; economic journalism; economic agents; conjunctural economists.

* Texto apresentado no XXIX Congresso ALAS, no Chile em 2013.

** Pós-doutor em Sociologia; prof. dos Programas de pós-graduação em Ciências Sociais e em Educação; ambos da UFMA, São Luís-MA, Brasil. Autor do livro *Les économistes, le pouvoir et le développement économique au Brésil*, Sarrebruck: Paf, 2012.

End. eletrônico: antonio.paulino@terra.com.br

A crise econômica

A grande crise de 1929 abre um ciclo de crises predominantemente salariais. Um elemento importante que explica a crise é que um novo modo de regulação da economia (modelo fordista), por levar em conta a salarização massiva das economias desenvolvidas, foi instituído. No caso da teoria da regulação, esta atribui um espaço importante para a noção de fordismo. Este conceito permite compreender um período extraordinário em termos de rapidez e estabilidade do crescimento econômico combinados com uma progressão do nível de vida (Boyer, 2004: 73-74). Nesse modelo, os consumidores são os assalariados e a regulação fordista é uma resposta à crise, que é predominantemente salarial. A regulação fordista é um moderador da flexibilidade da redução dos salários. (Johsua, 2009: 16-17). O regime fordista é penalizado pela financeirização do consumo.

A teoria da regulação analisa o impacto das formas institucionais que são as relações salariais, as formas de concorrência, o regime monetário, a dinâmica da acumulação que resulta do jogo dos preços relativos. A inter-relação entre as diversas instituições é um fator preponderante porque as crises podem se propagar mais rapidamente criando assim uma instabilidade no sistema capitalista. Logo, o ponto de partida da teoria da regulação é o conceito de capitalismo e não a referência a uma economia composta de mercados interdependentes. Trata-se, portanto, de uma teoria que se inscreve dentro de um projeto macroeconômico, institucional e histórico e atribui um espaço central para a análise em termos de crise. Tal teoria elabora uma série de definições de como se chega aos limites de um modo de regulação e/ou a um regime de acumulação. Quanto à referência ao conceito de capitalismo, este implica em distinguir esse modo de produção de um outro baseado na pequena produção.

Durante os anos de 1980, sob a égide de Margaret Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos, a regulação fordista entra em crise (Dixon, 1998). E a partir de então a instabilidade do sistema capitalista começa a crescer (Castels, 2009). Assim, entra-se na era do capitalismo universal que visa penetrar em todas as regiões onde há possibilidade de lucro e, para isso, é preciso retirar todos os obstáculos que impedem a produção de riquezas. Neste contexto, não se trata apenas da mundialização das trocas, como no século XIX, mas também da mundialização do capital de produção e a de um assalariado universal. O capital produtivo destrói as sociedades tradicionais (Bourdieu, 1977) em busca do crescimento da mais-valia e isso vai desregular os mercados de trabalho nacionais, desequilibrando igualmente os sistemas de proteção social. Com o desemprego, as famílias não se dispõem a se engajar no financiamento de imóveis a longo prazo e menos ainda quando há incertezas e instabilidade no emprego (Johsua, 2009: 62).

O financiamento acompanha este sistema, onde o ideal é que tudo se transforme em títulos que podem ser vendidos facilmente. Entende-se que o financiamento é o consumo por endividamento. A emergência de um modo de regulação baseado no financiamento é difícil de estabelecer, mas para Robert Boyer é em 1990, nos Estados Unidos, que este tipo de regulação começa a se instalar (Boyer, 2004: 50). O crescimento econômico por endividamento, dos juros baixos, foi possível em razão da institucionalização pelo Banco Central Americano, modelo implantado igualmente pelo Banco Central Europeu. A característica deste modelo é que ele repousa sobre uma acumulação de dívidas no interior mesmo do sistema financeiro, as dívidas interbancárias permitem aos bancos acionar empréstimos e isso faz crescer os riscos.

A partir de agosto de 2007, a rede de créditos e de empréstimos entrou em colapso. Os critérios e as instituições financeiras estão diretamente ligados ao universo do consumo e da produção através dos títulos e dos bancos, quer se trate dos bancos de segunda categoria ou do banco central. Foi em 1990 que houve uma grande transformação do modelo bancário. Antes, no modelo tradicional (*originatetohold*-OTH) os bancos que faziam empréstimos deveriam assumir os compromissos até o término do pagamento da dívida. No novo modelo bancário (*originatetodistribute*-OTD) os títulos permitiram aos bancos que financiam imóveis (e outros produtos) de se verem livres dos riscos através da venda destes a outros bancos ou *Hedge Funds* (Chesnais, 2011: 57). No final de 2008, os bancos foram salvos pelo Estado sem nenhuma punição. O setor bancário francês, por exemplo, beneficia-se de ajuda contínua do Estado desde 1966 (Chesnais, 2011: 57-60), isto porque no novo modo de regulação há uma supervalorização dos bancos. A “*bulle internet*” é um efeito claro da revisão bancária e de certas inovações, como os títulos (Boyer, 2004: 97). O risco de crédito é transferido para outros portadores de ativos financeiros, o que conduz à *résilience* dos bancos, mas pode conduzir também a uma crise financeira bem maior.

O banco é uma instituição central no modelo de regulação financeira, mas o Banco central é o guardião da estabilidade financeira (Boyer, 2004: 97). Com a emergência do capitalismo comercial, as trocas tendem a se configurar para além do espaço doméstico a ponto de se constituir como uma economia mundo (Wallerstein, 2002). Este mecanismo cria novas interdependências entre formas institucionais domésticas e regimes internacionais de acumulação e, consequentemente, transmite as crises do capitalismo a outros países. Esta interdependência não se deve apenas ao comércio internacional porque o investimento produtivo tende a se internacionalizar com a mundialização. A mundialização é primeiramente uma noção ideológica que mascara um projeto fundamentalmente nacional, que é o projeto dos Estados Unidos (Fleigstein, 1997).

Na virada dos anos 1990 emergiu uma série de crises sucessivas, cuja característica principal era a combinação de crise econômica com crise financeira e com uma disseminação em nível internacional que foi crescendo cada vez mais no final do século. Neste período, já se pode notar os riscos financeiros sistemáticos que designam a probabilidade, entre diversos países e em vários segmentos financeiros, de choques que podem se propagar em forma de crises sistêmicas por conta de engajamentos cruzados em vários espaços financeiros e em vários mercados (Chesnais, 2011: 57). Os Estados Unidos estão associados a estas crises, bem no momento em que começa a falência da poupança (*loanandsaving*) americana em 1989, seguida de uma crise mundial no setor imobiliário que atinge a Europa e, mais especificamente, a Suécia.

A incorporação dos países emergentes, logo após o consenso de Washington, trouxe uma nova dimensão à crise. Os movimentos de capitais oriundos dos países centrais reforçaram, nos países periféricos, a formação de *bulles* financeira. A primeira grande ilustração foi a crise mexicana em 1994-1995. Mas é a crise asiática de 1997-1998 que se configurou como um anúncio da grande crise de 2007-2008 e isto pela forte interação entre os fatores econômicos e os fatores financeiros. A crise asiática foi marcada por um breve episódio da crise da bolsa. A contenção da produção, do emprego e do comércio internacional se propagou, a partir destes países implicados na crise atingindo primeiramente os países do Sudeste Asiático e em seguida o Brasil e a Argentina. Esta crise foi o ponto de partida de uma grande crise mundial que se aprofundou em 2008, com os mercados financeiros no centro da crise.

As previsões econômicas oficiais

As previsões macroeconômicas oficiais do ano de 2006, como a dos organismos internacionais e dos bancos, alimentaram antecipações muito otimistas para o ano seguinte. Mas em 2007 os mercados financeiros viveram um ano difícil por conta da imprevista ampliação da crise de *subprime* que se estende aos mercados europeus e mundiais. No entanto, em 2008 ainda subsiste um otimismo econômico e as dificuldades de previsão financeira em um contexto de forte flutuação econômica são observadas por diversos autores (Lebaron, 2010: 59-60). Portanto, os erros de previsões econômicas estão na origem do desencantamento em relação ao paradigma dominante da autorregulação do mercado.

Não há como negar que a crise das *subprimes* transformou-se em crise mundial ou crise do sistema capitalista e sua existência nos discursos públicos de hoje tornou-se uma evidência. Os discursos oficiais que utilizam o termo crise ou capitalismo foram numerosos em 2009¹. No entanto, para isto foi necessário uma conversão coletiva a um diagnóstico pessimista sobre a conjuntura econô-

mica (Lebaron, 2010: 32). No final de 2007, as análises de conjuntura anunciavam, baseando-se nos sucessivos anos de expansão mundial, um crescimento econômico do PIB para os anos de 2008 e 2009. Como se observa, não estava previsto que no último trimestre de 2008 a confiança dos agentes econômicos iria desmoronar de forma generalizada e provocar uma crise do capitalismo, que é também uma crise cognitiva.

Os setores reais e financeiros são estreitamente ligados, eis porque a dinâmica da economia real favorece, pelos seus sinais positivos, as antecipações financeiras otimistas, o que reforça, por sua vez, os efeitos sobre o aumento da riqueza. Este processo leva todos os agentes econômicos a um ciclo vicioso e isto até o momento em que as perspectivas de estagnação das atividades econômicas começam a aparecer, favorecendo a conversão dos agentes econômicos ao pessimismo. Este modelo está presente na crise de *subprimes*, que nasceu do colapso do mercado imobiliário nos Estados Unidos acompanhada, em 2008, de uma degradação moral dos agentes econômicos, principalmente as famílias. É a partir de setembro e outubro daquele ano que a crise se acirra com o colapso financeiro e a queda brusca das perspectivas de crescimento que estão ligadas à rigidez das condições de crédito.

Uma *bulle* especulativa pode ter efeitos sobre os ativos reais (habitação, terrenos etc.) ou financeiros (ações etc.), ela se traduz por uma elevação cada vez mais rápida dos preços destes ativos. Isto pode terminar com um aumento excessivo dos preços. No caso da *bulle* imobiliária, ela é seguida por uma redução lógica da construção de imóveis. Em 2005, nos Estados Unidos se nota uma diminuição na subida dos preços dos imóveis e a partir do primeiro semestre de 2006 começa um processo de redução dos investimentos das famílias em imóveis (Joshua, 2009: 61). A superprodução de um bem acarreta a baixa dos preços deste bem e como o imóvel é um bem de longa duração, não se pode parar a construção de um bem desta natureza porque há perda do investimento inicial que fora feita na fundação. Assim, os imóveis que não são vendidos podem ser acumulados e isto pesa bastante no mercado a ponto de induzir a queda dos preços.

A virada em direção à recessão mundial é bem engajada em 2008². A grande questão diz respeito aos países emergentes cuja ideia de crescimento econômico em relação aos demais não é mais defendido como nos períodos anteriores (Joshua, 2009: 89). A originalidade das crises nos países periféricos se deve ao

¹ O que não era o caso de 2006 a 2007. Ver em: <www.editionsducroquant.com/Croquant/CCE/CCE.Annexes.pdf>.

² O medo da deflação reapareceu pela primeira vez em 1930.

fato de que seus regimes de acumulação não são uma variável do fordismo. As crises são, com frequência, associadas a crises no setor bancário (Boyer, 2004: 91-92).

Isto terá como efeito uma lógica recessiva que se torna mundial entre o final de 2008 e início de 2009. Em maio de 2006 (*Bulletin mensuel* do Banco Central Europeu), a perspectiva era de que o crescimento econômico mundial seguia seu ritmo normal e não apresentava riscos. Em relação aos salários, este mesmo *Bulletin* acentua a importância de reformas exaustivas que possam assegurar a competitividade e eficácia dos mercados de trabalho e dos produtos, mas particularmente favorecendo a flexibilização dos salários e dos preços. A expectativa era de que o crescimento da produção e do consumo deveria continuar sem grandes problemas, assim como a confiança dos investidores. Em relação aos salários, os riscos globais estão equilibrados. Este otimismo se nota também no *Bulletin mensuel* de dezembro de 2007 no qual os conjunturalistas argumentam que a redução do crescimento econômico nos Estados Unidos é compensada pelo vigor crescente dos mercados emergentes. E, mais ainda, que o aumento do consumo deveria contribuir para a expansão econômica em nível internacional. A estimativa é que os riscos diminuam, na expectativa dos conjunturalistas, mas o otimismo de fachada dos conjunturalistas já era previsto.

A crise é uma crise da crença na medida em que ela afeta a percepção dos agentes e afeta igualmente uma manifestação de mudanças nas representações coletivas. Por isso, ela é acompanhada por processos cognitivos que estão inseridos nas estruturas sociais da economia e em particular nas estruturas políticas e jurídicas que condicionam as tomadas de decisões dos agentes econômicos. Neste sistema de informação econômica e social, a relação entre o otimismo da ideologia econômica e o otimismo da ideologia financeira exerce um papel central na orientação da economia mundial. No entanto, isto só foi possível através da institucionalização da crença na ideologia da função social da análise de conjuntura, ou mais precisamente, da constituição de um grupo de economistas conjunturalistas que são responsáveis pelas análises oficiais de conjuntura econômica. Para Frédéric Lebaron, os critérios de definição da performance econômica utilizados (a situação do mercado financeiro de um lado e do outro lado o PIB da economia) convergem em uma avaliação mercadológica e monetária que é estruturalmente favorável aos atores econômicos dominantes (Lebaron, 2010: 34).

A análise de conjuntura é fonte de uma distorção estrutural de percepção a curto prazo e isto favorece a classe dominante. O PIB é o principal indicador da performance econômica. Este é muito comentado e é o instrumento de imposição de uma leitura particular da economia e da realidade social (Medá, 2008). Os economistas conjunturalistas são os criadores de um otimismo ideológico que manteve a euforia especulativa desconectada da percepção dos agentes econô-

micos e das condições reais de existência das classes sociais. A compreensão da crença na ideologia conjunturalista passa pela percepção e divulgação deste discurso na mídia e mais especificamente é preciso salientar o papel central exercido pelos jornalistas econômicos, ou pela razão jornalística, que são responsáveis pela tradução dos termos técnicos da economia e pela ampla difusão nos cadernos econômicos e financeiros (Duval, 2004).

As previsões macroeconômicas conheceram uma grande desilusão em 2008 e, sobretudo, em 2009. No entanto, são os países emergentes ou em desenvolvimento que reencontraram, aparentemente, a sua taxa de crescimento anterior à crise. Em outubro de 2009, o FMI anunciava para 2010 um crescimento de +9 para a China, +6,4 para a Índia, +3,5 para o Brasil. O comércio mundial conheceu uma forte queda em 2009 (de -11,9% em volume), mas ele começa a progredir lentamente em 2010. A crise econômica de 2008-2009 fez aparecer as consequências da interpenetração dos mercados em nível mundial e nenhum país escapou totalmente de suas consequências no setor imobiliário americano, europeu e japonês. O desemprego³ cresceu em diversos países assim como as condições de trabalho se degradaram em nível mundial.

O retorno à Keynes⁴ corresponde a uma mudança rápida de atitude dos dirigentes políticos e dos bancos centrais no momento em que eles percebem a amplitude dos riscos da crise. Esta mudança se traduz pela utilização de um vocabulário centrado na ação e urgência, que substituem o discurso da competitividade e da globalização, que exigem sempre adaptação e atratividade (Lebaron, 2010: 60-61). Nos Estados Unidos a política de estimulação fiscal nunca foi abandonada, ela constitui um dos meios para manter um alto nível de emprego. Paralelamente a uma política americana, que tornou-se expansionista, recorrer a uma política de relance orçamental massiva é rapidamente mobilizada pelo conjunto dos chefes de Estado e seus conselheiros econômicos. Ao recorrer à combinação inédita dos dois principais instrumentos de política econômica a curto prazo, a estimulação fiscal e a expansão monetária, cria-se um grande fato da crise. Isto engendra um ambiente de política econômica que é novo e focaliza a atenção dos comentadores e dos atores dos mercados. Estas políticas haviam perdido sua legitimidade desde os anos de 1970 (Lebaron, 2006).

¹ BIT, *Tendance mundial pour l'emploi*, en janvier 2010.

² Os neo-keynesianos têm uma grande influência nos debates macroeconômicos nos Estados Unidos e nos organismos internacionais. Assim, Olivier Blanchard, professor do MIT, torna-se "Chief Economist" do FMI, que era dirigido por François Strauss-Kahn, dois economistas neo-keynesianos moderados que ocupam posições determinantes na governança da economia mundial no momento da explosão da crise.

O retorno a um ambiente econômico normal é um tema importante do Banco Central Europeu que convida a um processo de redução dos déficits. Estes discursos são seguidos por alguns agentes responsáveis pelas políticas econômicas europeias. A luta não diz respeito ao papel do Estado em matéria fiscal e no processo de redução das despesas públicas necessárias para se chegar à estabilidade do sistema capitalista. O movimento que se acelera em maio de 2010 está ligado a um diagnóstico conjunturalista de retomada durável do crescimento econômico, o qual se inicia com a entrada explícita de uma estratégia de saída da crise iniciada pelos bancos centrais e pelos Estados. Trata-se de um retorno à ortodoxia orçamental e monetária, isso implica na instituição de planos de ajustamento estrutural, sobretudo nos países que estão em situação de fragilidade nos mercados internacionais. É difícil prever qual será o sucesso das políticas econômicas de restauração da ordem anterior, visto que não houve crescimento dos salários durante a crise e ampliar o índice de empregos poderá gerar, ao contrário, conflitos sociais (Lebaron, 2010: 174-175).

Jornalismo e economia

As relações entre a imprensa e o dinheiro são antigas, assim como a relação entre o jornalismo e a economia. O debate entre a imprensa e o dinheiro é uma reação crítica ao desenvolvimento do sistema capitalista no mundo dos jornais. Julien Duval mostrou que o romance de Emile Zola, *L'Argent*, é um testemunho quase sociológico do nascimento da imprensa econômica. No romance, Zola deixa claro que o espaço social dos negócios teve um papel determinante para o nascimento deste tipo de imprensa e de sua instrumentalização (Duval, 2009).

A análise que o autor faz do jornalismo econômico na França, depois de 1980, demonstra que o problema central da relação entre economia e jornalismo é a adesão dos jornalistas às crenças e problemáticas oriundas da economia. Para ele, a produção do jornalismo econômico está subordinada a interesses econômicos e ao mercado (Duval, 2000: 56-57). Na mesma perspectiva, Bourdieu, em colóquio internacional sobre a atualidade de Karl Kraus, observa que a crítica radical que ele faz ao jornalismo é, na verdade, uma crítica do mundo jornalístico. O sociólogo francês acrescenta ainda que os jornalistas têm o poder de difamação legítima (Bourdieu, 2000: 123 e 124). Assim, os jornalistas econômicos são a incorporação da submissão ao mercado e pode se dizer que estudar o jornalismo econômico hoje corresponde a analisar os efeitos que exerce a produção da informação no campo econômico e financeiro.

Para Kraus, a força principal da imprensa reside na forma a partir da qual ela se torna economicamente – mas também intelectual e moralmente – indispensável e consegue convencer o mundo contemporâneo da impossibilidade de se viver

sem ela. Pode-se dizer, acrescenta Bouveresse, que a imprensa é psicologicamente indispensável (Kraus *apud* Bouveresse, 2001).

A imprensa livre e independente do poder político é o ideal em um sistema democrático e, para Habermas, a imprensa é a instituição por excelência do espaço público. Trata-se de um dos fundamentos do espaço público burguês, orientado para a formação de uma opinião pública, uma vez que ela seria um suporte de uma opinião pública que tinha uma função crítica (Habermas, 1993: 183-203). Estas concepções estão na origem das lutas contra o absolutismo do século XVIII, mas nos nossos dias o que se observa é uma estreita relação entre o poder econômico e a imprensa, mais especificamente o jornalismo econômico.

Duval (2000), por sua vez, renova a problemática da relação entre a imprensa e o dinheiro ao analisar a relação entre o jornalismo e a economia. Na verdade, os jornalistas econômicos lidam regularmente com informações que são vitais para as empresas, ou seja, para os principais agentes de anúncios dos jornais e, sobretudo, dos cadernos ou páginas ligadas às finanças. No entanto, o campo da informação não tem apenas uma função mercantil, mas também política.

O jornalismo econômico aparece como uma simples tradução da ideologia dominante logo após a guerra. Os comunistas e o catolicismo social representam as forças políticas dominantes e as políticas econômicas estão fundamentadas nas intervenções do Estado que busca uma terceira via entre o socialismo e o capitalismo. Assim a economia é constituída como um elemento importante no jogo político e democrático (Boltanski, 1982: 305-307). Ela se torna um problema de Estado e mesmo não dirigindo a economia, o Estado deve orientá-la e a imprensa do pós-guerra se alia a esta ideologia. A produção da informação econômica torna-se central no processo de modernização da economia nos anos de 1930. Isso para que os agentes econômicos, patrões, assalariados, consumidores ou responsáveis das políticas econômicas não se deixem levar pela irracionalidade.

As discussões sobre as proximidades entre a imprensa e o dinheiro assumem uma nova configuração entre os anos 1980 e 1990. O discurso neoliberal se afirma nos anos de 1980 no setor das mídias e dos meios de comunicação (Duval, 2004: 44). No período recente, parece ter havido uma reconciliação entre a imprensa e o dinheiro, em detrimento dos jornais de esquerda (2004: 223). Na segunda metade dos anos 1990 alguns intelectuais franceses e o movimento social de dezembro de 1995, começam a denunciar a dominação das mídias, de um pensamento único ou de um jornalismo de mercado que são favoráveis aos interesses econômicos e financeiros (Hamili, 1997; Bourdieu, 2012). Os jornalistas econômicos são considerados como servidores dos mercados e dos setores financeiros, denegando desta maneira os valores profissionais cujo objetivo seria apresentar á opinião pública informações objetivas sobres os fatos (Duval, 2004:

12). Os jovens jornalistas econômicos se caracterizam, parece, pela proximidade social com as empresas privadas (2004: 221).

A definição da imprensa econômica como sendo aquela que lida com a economia é incompleta, ela se define, entre outras, pelo alto nível de profissionalização de seus jornalistas e pelo quadro econômico no qual ele se inscreve. A especialidade do jornalista econômico consiste em verificar e analisar as informações que tem um interesse prático para os dirigentes econômicos, os empresários ou mesmo os assalariados. Em um período de crise econômica a atenção dos jornalistas econômicos é dobrada porque há informações econômicas que podem produzir um impacto bem maior na vida econômica das empresas. As rubricas financeiras concernem à evolução dos mercados financeiros e fornecem informações muito úteis para se investir nos mercados de capitais. As rubricas de investimentos apresentam informações para os leitores que estão preocupados em aumentar suas rendas, mas nunca se vê preocupações sociais ou relativas à democracia (Duval, 2004: 153-154). O princípio de seleção das informações é orientado pela utilização prática que é feita pelas empresas, os administradores econômicos e os mercados.

Os investidores tomam conhecimento da cota da bolsa pela leitura do jornal econômico e um agente econômico pode bloquear a difusão de uma informação que, por sua vez pode vir a causar danos à empresa. A imprensa é colocada tardiamente a serviço do comércio, o funcionamento do jornalismo econômico tem sua origem com a aparição das páginas econômicas e com a imprensa especializada em finanças e negócios. A emergência de um jornalismo especializado em economia se desenvolve mais no século XIX com o objetivo de servir o capitalismo industrial e financeiro (Duval, 2004: 23), mas a imprensa já tinha sua ideologia política e suas crenças. Portanto, o desenvolvimento do jornalismo econômico está na afirmação do capitalismo industrial e financeiro (Braudel, 1979). A imprensa certamente contribuiu com as relações entre os agentes econômicos, que começam a se intensificar com a produção e unificação dos mercados nacionais.

O jornalismo econômico é caracterizado por jornalistas especializados em economia, mas esta especialização assume formas variadas segundo as profissões e o conteúdo das rubricas econômicas. Assim o jornalismo econômico não está dissociado da história das rubricas econômicas e, portanto, dos cadernos econômicos. Os cadernos econômicos se dedicam à produção de informações sobre as empresas. Os profissionais da comunicação têm, com efeito, um interesse prático a fazer do jornalismo econômico grupos de interlocutores relativamente homogêneos e facilmente identificados. Cabe lembrar que a influência e o poder do jornalista depende da mídia à qual ele está vinculado.

Jornalismo econômico e crise

A produção do jornalismo econômico não é condenada a participar unicamente da reprodução e legitimação do sistema, mas ela pode contribuir com a transformação e a crítica política da sociedade (Duval, 2004: 69). Daí a importância que o sindicalismo atribui aos cadernos econômicos e às análises de conjuntura. É por isso que, segundo o autor, alguns sindicalistas defendem a concepção de uma informação econômica dissociada das exigências políticas dos patrões e do Estado (2004: 71-72). A economia não se limita aos resultados das empresas, mas envolve toda a sociedade, da mesma forma que ela está vinculada às relações de classe. A imprensa tem um papel importante hoje no cenário da crise financeira, enquanto que os bancos e as grandes empresas têm os seus funcionários que são responsáveis pela relação de suas instituições com a imprensa e estes são dotados das mesmas propriedades que caracterizam os jornalistas econômicos.

O jornalismo econômico é um excelente instrumento de poder, a tal ponto que o poder econômico não pode, hoje, se manifestar na imprensa sem considerar as técnicas específicas do jornalismo. A moral profissional dos jornalistas contemporâneos, em certos casos, opõe obstáculos às intervenções brutais dos poderes econômicos e do Estado no mercado. Mas o jornalismo econômico dominante parece obedecer a outra lógica que não é a de crítica do sistema econômico, pois este jornalismo obedece à lógica que prevalece no campo econômico. Na verdade, a produção do jornalismo econômico está submetida aos interesses e aos objetivos estabelecidos pelas instituições financeiras e pelas empresas. Além disso, as fontes de informações são oriundas das análises produzidas pelos economistas conjunturalistas dominantes, logo, a produção do jornalismo econômico obedece também a outra lógica que consiste em se apoiar em forças externas ao campo econômico que são as forças políticas, o Estado, sindicatos ou leitores. Neste caso, ele é definido pela primazia do dever de informar.

Assim, diante da crise econômica, os jornalistas contribuem com a manutenção do otimismo (Duval, 2004: 164) ao dissimular as informações relativas às contradições do próprio sistema econômico que se sustenta na competição e no aprofundamento das desigualdades sociais. Convém lembrar que, para Marx, o sistema capitalista se fundamenta unicamente em seus próprios mecanismos e não pode se reproduzir sem suas crises constantes (Marx *apud* Habermas, 1992: 132). Apesar disso, nesse período de crise econômica, o jornalismo econômico difunde constantemente a ideia de que a economia está sob controle. O jornalismo econômico dominante, no seu próprio processo de produção da informação, não consegue esconder suas relações de dependência, suas proximidades e mesmo seu pertencimento ao mundo econômico e financeiro. A ideologia profissional do jornalismo econômico parece ser um pouco cínica (Duval, 2004: 169 e 177).

Nota-se então uma despolitização do jornalismo econômico, dando a impressão de que as relações econômicas não se inscrevem dentro de uma sociedade marcada por luta e interesses contraditórios.

Conclusão

A crise de hoje destruiu a ideia segundo a qual o mercado é capaz de regular tudo e que não poderá haver uma grande crise e, se houver, o mercado resolve tudo e a recessão será evitada. Desde os anos 1990, com a queda da União Soviética, a ideia da vitória da economia de mercado é amplamente defendida e divulgada como a única alternativa possível de organização social da economia. Há meios de escapar da falência ao instaurar uma regulação como a fordista. Mas isto não é garantia de que se possa superar as crises no sistema, pois até o presente, as políticas monetárias mostraram suas ineficácias. Nesse sentido, a crise de hoje é comparável à de 1929. Apesar disto, nenhuma grande lição foi tirada pelos neoliberais, mesmo com demissões massivas, inúmeras empresas que fecharam as portas e o grande índice de desemprego, em diversos países desenvolvidos. Enquanto isto, o orçamento público é mobilizado para proteger o lucro dos bancos, para legitimar a velha fórmula da privatização do lucro e socialização das perdas. Existe uma exigência legítima de empregos corretos e salários decentes.

As políticas de austeridade salarial são apresentadas hoje como meio para reduzir a desregulação e sair da crise. É justamente a tese contrária que é defendida por Michel Husson e Reginald Savage (2013): é o recuo das medidas drásticas de redução dos salários que são os fundamentos da crise. As políticas neoliberais dos anos 1980, segundo o autor, aplicadas logo após o fracasso do relance do keynesianismo, confirmada pela recessão do início de 1980, acarretam perdas salariais. Isto se justifica pelo fato de que é a produtividade no trabalho que permite a progressão do poder de compra. As empresas têm necessidade da rentabilidade, mas para isso é preciso vender as mercadorias. Se uma parte dos salários baixa, a perspectiva que constitui a demanda salarial tende a se reduzir. Neste caso, há uma contradição clássica do capitalismo que se agrava com a redução dos salários. A saída encontrada pelo neoliberalismo foi o endividamento, este permite a manutenção do consumo privado, mesmo com uma relativa redução dos salários. Mas este modelo não deu bons resultados, como se observa na crise atual. No modelo fordista o salário real aumentava com a produtividade do trabalho. A baixa de parte dos salários nos anos 1980 teve como efeito uma relativa ausência de dinâmica salarial e do consumo.

O funcionamento do jornalismo econômico contribui no processo de imposição de uma definição particular da economia e dos consumidores das mídias

dominantes, esse tipo de jornalismo tem influência na definição da economia. Hoje, o jornalismo econômico divulga uma concepção, neoliberal, do mundo econômico que tende a parecer como natural porque é diariamente colocado em prática, o que contribui com a legitimação da ideologia conjunturalista. O jornalismo econômico dissimula seu verdadeiro objetivo, que é o de camuflar os interesses da classe dominante em detrimento da construção de uma informação crítica que contribua com a luta contra as desigualdades econômicas e sociais.

Bibliografia

- BOURDIEU, Pierre (2012). *Sur l'Etat*. Cours au Collège de France, 1989-1992. Paris: Seuil.
- _____ (1977). *Algérie 60. Structures économiques et structures temporelles*. Paris: Minit.
- _____ (2000). À propôs de Karl Krauss et du journalisme. *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*, n.131-132, mars.
- BOUVERESSE, Jacques (2001). *Schmockou le triomphe du journalisme*, La grande bataille de Karl Krauss. Paris: Seuil.
- BOLTANSKI, Luc (1982). *Les cadres. La formation d'un groupe social*. Paris: Minit.
- BOYER Robert (2004). *Théorie de la régulation. Les fondamentaux*. Paris: La Découverte.
- CASTELS, Robert (2009). *La montée des incertitudes. Travail, protections, statut de l'individu.*, Paris: Seuil.
- CHESNAIS François (2011). *Les dettes illégitimes*. Quand les banques font main base sur les politiques publiques, Paris: Editions raisons d'agir.
- DUVAL, Julien (2004). *Critique de la raison journalistique*. Les transformations de la presse économique. Paris: Seuil.
- DIXON, Keith (1998). *Les évangélistes du marché*. Les intellectuelles britanniques et le néo-libéralisme. Paris: Raison d'agir.
- FLEIGSTEIN, Neil (1997). Rhétorique et réalité de la mondialisation. *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*, n. 119. Disponível em: <www.persee.fr>. Acesso em 16 de julho de 2013.
- HABERMAS, Jürgen (1992). *L'Espace publique*. Avec la préface inédite de l'auteur. Paris: Payot.

- HAMILI, Serge (1997). *Les nouveaux chiens de garde*. Paris: Raison d'Agir.
- HUSSON, Michel e SAVAGE, Reginald (2013). *Salaires et compétitivité: pour un vrai débat*. Paris: Beliveau.
- JOHSUA, Isaac (2009). *La grande crise du XXI siècle, Une analyse marxiste*. Paris: La Découverte.
- LEBARON, Frédéric (2010). *La crise de la croyance économique*. Paris: éditions du croquant,
- _____ (2006). *Ordre monétaire ou chaos social? La BCE et la révolution néo-libérale*, Bellecombe-en-Bauges: Éditions Du Croquant.
- MARX, Karl (1975). *Contributions à la critique de la philosophie du droit de Hegel*. Paris: Les Éditions Sociales.
- MÉDA, Dominique (2008). *Au-delà du PIB. Pour une autre mesure de la richesse*. Paris: Flammarion.
- WALLERSTEIN, Immanuel (1993). *Le capitalisme historique*. Paris: La Découverte.